

POR QUE CONTINUAMOS IGNORANDO AS INFÂNCIAS EM RISCO? UMA ANÁLISE CRÍTICA A PARTIR DE CAPITÃES DA AREIA

João Pedro Silva Campos – UnEduvale – joao2410626@ead.eduvaleavare.com.br

Katherine Victória Miranda Vieira – UnEduvale –

katherine2410926@ead.eduvaleavare.com.br

Mário de Oliveira Neto – UnEduvale – mario.neto@ead.eduvaleavare.com.br

ÁREA: Ciências humanas.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a obra *Capitães da Areia*, de Jorge Amado, sob a perspectiva da psicanálise, buscando compreender como crianças e adolescentes em situação de abandono e vulnerabilidade desenvolvem mecanismos de defesa para lidar com as adversidades do contexto social em que vivem. A análise foi construída a partir da leitura integral da obra e complementada por revisão bibliográfica baseada em artigos científicos, legislações e textos clássicos da psicanálise, com atenção especial à violência institucional, à precariedade dos abrigos e ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Os resultados mostram que, apesar da criação do ECA, sua aplicação prática ainda apresenta limitações, permitindo que situações de negligência, exclusão e violência persistam. A psicanálise, com base em autores como Freud e Zimerman, ajuda a compreender como os personagens acionam mecanismos de defesa, como repressão, negação e deslocamento, para suportar experiências traumáticas e carência afetiva. Além disso, a narrativa evidencia que muitos abrigos, em vez de proteger, funcionam como espaços de repressão, reforçando a marginalização. Assim, a obra de Jorge Amado continua atual, denunciando a distância entre os direitos garantidos pela legislação e a realidade vivida por crianças e adolescentes em risco, estabelecendo uma reflexão crítica sobre proteção infantil e políticas públicas.

PALAVRAS-CHAVE: Capitães da Areia; Psicanálise; Mecanismos de defesa; Violência institucional; Estatuto da Criança e do Adolescente.

INTRODUÇÃO

A proteção de crianças e adolescentes é fundamental para a construção de uma sociedade justa. Apesar dos avanços promovidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ainda persistem falhas significativas na efetivação desses direitos. Casos de violência institucional, negligência e abandono continuam ocorrendo em diferentes contextos, tanto nas ruas quanto em instituições de acolhimento, evidenciando uma preocupante discrepância

entre a legislação e a realidade (BRASIL, 1990; RIBEIRO & CIAMPONE, 2002). Essa divergência entre o que está previsto em lei e o vivido na prática encontra eco na obra *Capitães da Areia*, de Jorge Amado, ambientada em Salvador no século XX. O romance retrata um grupo de meninos que vivem à margem da sociedade, enfrentando abusos sexuais, violência física, insegurança alimentar e repressão policial, tanto nas ruas quanto em abrigos. Apesar de se tratar de um período histórico diferente, a temática permanece atual, pois crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade seguem sendo percebidos mais como ameaça do que como titulares de direitos.

No livro, constantemente é evidenciado o medo das crianças de serem pegadas pelos policiais, resultado dos inúmeros relatos de agressões e opressões que sofrem tanto por parte das autoridades quanto do Estado. Infelizmente essa realidade não fica somente na literatura, visto que no Brasil ainda existem relatos de agressões em instituições de acolhimento. Um exemplo disso é o artigo “Efeitos de um programa de práticas educativas para monitoras de abrigo infantil” de Cynthia Granja Prada e Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams (2007), onde relatam que dois abrigos em Curitiba foram denunciados, porque as correções do abrigo eram pautadas em agressões tanto física, quanto verbal.

Neste trabalho, buscaremos estabelecer um diálogo com a realidade contemporânea, problematizando como, apesar de avanços legais e de políticas públicas, ainda há lacunas profundas na proteção efetiva à infância e à adolescência, o que torna a mensagem de *Capitães da Areia* inquietantemente atual.

MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho foi realizado por meio de pesquisa qualitativa, utilizando como referência principal a obra *Capitães da Areia*. A busca por referências que pudessem aprofundar a análise ocorreu em bases públicas e institucionais, como SciELO e Google Acadêmico, utilizando combinações das palavras-chave “Capitães da Areia”, “Psicanálise”, “Mecanismos de defesa”, “Violência institucional” e “Estatuto da Criança e do Adolescente”. A seleção final resultou em sete textos centrais, incluindo estudos sobre a estrutura e funcionamento de abrigos no Brasil, análises sobre a efetividade do ECA e obras de Freud e Zimerman, que forneceram a base conceitual necessária para compreender os mecanismos de defesa e a dinâmica psíquica dos personagens. Não consideramos os textos sem embasamento científico ou duplicados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em determinado momento da história, um dos personagens segue Almiro, uma criança que foge do trapiche durante a noite. Ao observá-lo, percebe que ele está tendo relações sexuais com outra criança e, durante o ato, chama a outra de "mamãe". Esse episódio, quando analisado pela psicanálise, permite compreender as três instâncias da personalidade humana. Para analisarmos esse recorte, iremos primeiro começar com id.

O Id funciona como uma reserva e fonte de energia psíquica, ele é regido pelo princípio do prazer, não se importando com a realidade e nem com a moral do grupo. Isso acontece quando as crianças, com desejo do carinho dos pais, ignoram a realidade onde não possuem seus familiares e projetam essa necessidade de afetos nas pessoas em sua volta.

O Superego, por sua vez, baseia-se na ética do indivíduo e da moral internalizado. Ele vai se estruturando conforme a cultura que estamos inseridos. O Superego é totalmente contra as pulsões do Id, quando contextualizamos isso no trecho recortado, ter relação homoafetivas para o bando é extremamente proibido, porque se for descoberta essa relação, os indivíduos são expulsos do bando. Isso se dá devido ao preconceito enraizado na sociedade sobre a relação homoafetiva, onde a primeira coisa que aprendemos é que qualquer diferença deve ser tratada com repulsa e violência.

Quem vai fazer a mediação e a harmonização entre as pulsões do Id e as ameaças do Superego, será o Ego. O Ego é um aparelho psíquico, que se adapta com a realidade do exterior, ou seja, percepção, pensamento, discriminação entre outros fatores, assim como as demais estruturas, o ego é sede e fonte das produções da angústia, dos mecanismos de defesa e da formação dos símbolos. Quando analisamos o recorte, observamos que Ego vai mediar essa relação do prazer com julgamento, já que o bando (moral) abomina esse ato. Assim, o Ego, encarregado de mediar as demandas do Id e as imposições do Superego, encontra soluções para aliviar os impulsos sem gerar punição. Nesse contexto, Almiro e a outra criança afastam-se do grupo para suprir suas necessidades sem o julgamento dos demais.

A obra também traz uma reflexão crítica e atemporal sobre a vida de crianças que vivem à margem da sociedade, muitas delas obrigadas a crescer em abrigos. Quando olhamos para essa realidade sob a lente da psicanálise, fica evidente que esses espaços são mais lugares de repressão do que de acolhimento.

Freud (1920) fala sobre como a repressão intensa pode acabar gerando ainda mais agressividade, já que impedir a expressão de certos impulsos também impede a sublimação. No caso dos Capitães da Areia, a rotina nos abrigos é cheia de punições e um controle exagerado, o que não resolve nada e apenas fortalece o ciclo da violência. Em vez de serem protegidas, essas crianças são empurradas para um sistema que reforça sua exclusão social (Ribeiro & Ciampone, 2002).

O Estado, nesse cenário, age como um "Superego" que pune, mas não protege. Ele não oferece suporte real, mas se mostra eficiente na hora de impor sanções violentas. Diante desse abandono, os meninos encontram nos grupos marginais um refúgio, uma espécie de "família alternativa" que, apesar de ser cheia de problemas, ainda é o único laço afetivo verdadeiro que possuem. Andrade e Aquino (2005) mostram que a falta de políticas públicas para essa população acaba empurrando esses jovens para a marginalização. O descaso do governo, além de reforçar o abandono, empurra essas crianças para a violência como uma das poucas saídas possíveis.

O ECA foi um marco importante na proteção dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil. Ele estabeleceu que essas pessoas são titulares de direitos e que devem ser tratadas com prioridade, algo que a lei garante como responsabilidade compartilhada entre a família, a sociedade e o Estado. Porém, ao analisarmos Capitães da Areia percebemos a discrepância entre o que o ECA propõe e a realidade das crianças retratadas na obra. Os meninos de Salvador, que vivem à margem da sociedade, não conhecem a proteção que deveria ser garantida a todos os menores, mas, ao invés disso, enfrentam abandono, violência e uma negligência sistemática.

O ECA deixa claro que ninguém deve sofrer violência, negligência ou discriminação. Em Capitães da Areia, esses meninos não são apenas vítimas de uma realidade cruel, mas são vistos como ameaças pelo sistema que deveria protegê-los, estando constantemente expostos a abusos o tempo todo, tanto nas ruas quanto nas instituições que, ao invés de acolhê-los, acabam alimentando ainda mais o ciclo de sofrimento. E, apesar das leis garantirem direitos, essa realidade dura continua presente para muitas crianças.

A obra de Amado escancara a ausência de um sistema de acolhimento digno para crianças em situação de risco. Ao invés das medidas socioeducativas previstas pelo ECA, como liberdade assistida ou serviços à comunidade para adolescentes infratores, os meninos enfrentam punições duras e um ambiente hostil. O ECA propõe que essas medidas sejam

feitas para responsabilizar o adolescente e ajudá-lo a se reintegrar socialmente (BRASIL, 1990). Mas, no contexto de Capitães da Areia, o Estado não só falha, como aumenta a marginalização dessas crianças, tornando o ciclo de violência ainda mais forte e profundo.

O cerne dessa discussão está na discrepância entre a teoria e a prática. O ECA foi um avanço importante, mas muitos dos problemas estruturais que vemos no livro ainda persistem. A falta de investimentos adequados em políticas públicas mantém o abandono e a marginalização das crianças em risco, como os Capitães da Areia. A superlotação nos abrigos, a falta de recursos e a escassez de profissionais capacitados são fatores que dificultam a implementação do que o ECA promete. Não adianta ter uma boa lei se não houver uma estrutura para colocá-la em prática de forma eficaz.

E aqui surgem algumas questões: se o ECA já estivesse em vigor na época retratada no livro, os meninos teriam tido outro destino? Por que ainda vemos as crianças sendo tratadas como ameaças sociais, mesmo com as garantias legais do ECA? O ECA é realmente cumprido, ou há um abismo enorme entre o que está na lei e o que é vivido na prática? Essas são perguntas importantes, porque mostram que a proteção das crianças vai além de ter boas leis; é preciso um compromisso real para que essas normas saiam do papel e se tornem efetivas na vida das crianças.

No fim, Capitães da Areia não é só um retrato do passado, mas também um alerta sobre os desafios que ainda enfrentamos para proteger a infância. O ECA trouxe avanços, mas a falta de uma estrutura que realmente funcione faz com que crianças em situação de vulnerabilidade continuem sendo marginalizadas. Enquanto esses problemas existirem, a luta pelos direitos da infância precisa continuar. O simples fato de ter um estatuto não é suficiente para mudar realidades tão complexas.

CONCLUSÃO

A análise de Capitães da Areia, articulada à psicanálise e à bibliografia, evidenciou que a distância entre a proteção prevista pelo ECA e a realidade vivida por crianças em vulnerabilidade permanece significativa. A partir da psicanálise, conseguimos olhar com mais sensibilidade para esses meninos — entender como eles tentam lidar com seus traumas, suas dores, mesmo sem saber exatamente o que estão sentindo. Eles criam, muitas vezes sem perceber, mecanismos de defesa que os ajudam a suportar um mundo que constantemente os rejeita.

O estudo mostrou que a repressão e a violência, em vez de proteger, aprofundam os traumas. Além disso, revelou o papel do Estado como instância punitiva, mais preocupado em sancionar do que em oferecer suporte. Dessa forma, fica clara a necessidade de repensar políticas públicas que deem condições reais para a aplicação da lei.

Mais do que revisitar um clássico literário ou analisar a obra de forma psicanalítica, este trabalho reforça que a denúncia feita por Jorge Amado continua atual, chamando a atenção para a urgência de ações concretas que garantam a proteção integral da infância e nos leva a refletir sobre o que queremos enquanto sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, J. **Capitães da Areia**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1937.

BRASIL. Lei Nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo, Atlas, 1991.

FREUD, S. **Além do princípio de prazer**. [s.l.] L&PM Editores, 2016. Disponível em: <<https://www.frjaltosanto.edu.br/site2/wp-content/uploads/2021/06/Al%C3%A9m-do-princ%20de-azer>>. Acesso em 28 de mar. de 2025.

PRADA, C. G.; WILLIAMS, L. C. de A. Efeitos de um Programa de Práticas Educativas para monitoras de um abrigo infantil. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, v. 9, n. 1, p. 63-80, 2007.

RIBEIRO, M. O.; CIAMPONE, M. H. T. Crianças em situação de rua falam sobre os abrigos. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 36, n. 4, p. 309–316, dez. 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0080-62342002000400003>>. Acesso em 28 de mar. de 2025.

SILVA, E. R. A. da; AQUINO, L. M. C. de. **Os Abrigos para crianças e adolescentes e o direito à convivência familiar e comunitária**. 1 ago. 2005. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4571/1/bps_n.11_ENSAIO3_abrigos.pdf>. Acesso em 28 de mar. de 2025.

ZIMERMAN, D. E. **Fundamentos psicanalíticos: teoria, técnica e clínica: uma abordagem didática**. Porto Alegre: Artmed, 1999.